



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORPO DE AUDITORES - SILVIA MONTEIRO
(11) 3292-3891 - cgca@tce.sp.gov.br

S E N T E N Ç A

PROCESSO:	00004589.989.20-1
ÓRGÃO:	▪ INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DE IRACEMA - IPREMI (CNPJ 04.812.451/0001-84)
RESPONSÁVEL:	▪ MÁRCIO JOSÉ CORRÊA (CPF ***.832.928-**) - DIRETOR PRESIDENTE
ASSUNTO:	Balanço Geral - Contas do Exercício
EXERCÍCIO:	2020
INSTRUÇÃO POR:	UR-11

RELATÓRIO

Versam os autos sobre as contas anuais do exercício de 2020 do Regime de Previdência do Município de São João de Iracema, criado pela Lei Municipal nº 249, de 04 de dezembro de 2001, sendo posteriormente reestruturada com o advento da Lei Complementar Municipal – LCM nº 15, de 13 de outubro de 2005), com as alterações promovidas pelas LCMs nºs 59/2015, 60/2016 e 76/2019.

Na instrução processual, a Fiscalização apontou as seguintes ocorrências:

ÓRGÃOS DIRETIVOS

- Não há previsão em lei ou em regulamento que estabeleça requisitos de experiência ou conhecimentos técnicos para a indicação ou eleição dos participantes dos processos decisórios sobre investimentos do Órgão avaliado;

- A Entidade não implantou o Sistema de Controle Interno, embora exista Legislação Municipal que discipline a matéria.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

- Não há previsão expressa no Regimento Interno acerca da acessibilidade às informações relativas aos processos de investimento e desinvestimento de recursos do RPPS.

ATUÁRIO

- Déficit atuarial em 31/12/2020 no montante de R\$ 8.156.742,58;

- Cobertura do déficit atuarial por aportes com crescimento elevado, muito acima da meta de inflação prevista pelo Banco Central no período, o que pode comprometer a viabilidade do plano.

COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

- O Fundo Brazilian Graveyard And Death Care Services FII obteve um resultado negativo de -44,99% no exercício em análise.

ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL

- A Entidade não deu cumprimento integral às recomendações deste e. Tribunal de Contas.

Feitas as notificações de praxe, veio o Responsável pela Entidade, prestar as justificativas, argumentando, em apertada síntese, notícias de regularização, via adequação da norma, quanto a exigência de experiência profissional ou conhecimento técnico dos membros dos Órgão Diretivos, a nomeação de responsável pelo Controle interno pelo Prefeito diante da ausência de quadro de pessoal, a adequação da legislação previdenciária quanto a acessibilidade das informações relativas aos processos e investimentos e desinvestimentos dos recursos previdenciários, reiterando, no tocante ao déficit atuarial, a lisura do procedimento e o total respeito as determinações atuariais.

Sobre o resultado negativo do Fundo Brazilian Graveyard And Death Care Services FI, a defesa ressaltou, em preliminares, pontos positivos atestado pela Fiscalização. No mérito, e com base nas informações prestadas pela empresa de consultoria financeira, ressaltou que a forma de constituição do investimento, imobiliário e de condomínio fechado, não possibilita o resgate de cotas investidas, devendo o cotista, ao optar pela saída do fundo, vender as cotas no mercado secundário.

Que o referido investimento possui como característica ser de longo prazo, com maior risco a liquidez. Que, por regra da Resolução CMN nº 3.922/2010, os RPPS só podem investir recursos em fundos de investimentos imobiliários que tenham suas cotas em negociações na bolsa de valores.

Que pela dinâmica da negociação em bolsa, torna-se impossível acompanhar a quantidade de cotistas pelos demais investidores. Diante do baixo volume de negociação das cotas do Fundo, o mesmo pode sofrer rentabilidade negativa, estando descorrelacionada com a estruturação imobiliária, sendo justificado pela oferta e demanda das cotas negociadas em bolsa.

Assegurou que o fundo está em desenvolvimento, devendo, no futuro, se tornar mais atrativo e eventualmente refletir o valor patrimonial do fundo e representar uma valorização, razão pela qual entende que os fundos de investimentos não devem ser avaliados a curto prazo, já que a expectativa de retorno se encontra no longo prazo., com a volatilidade do mercado em relação ao referido

fundo indicando possuir alto potencial de valorização, contribuindo para a distribuição de dividendos.

Quanto ao apontamento de que a Entidade não deu cumprimento integral as recomendações desta E. Corte, sustentou que a maioria de seus membros possui curso superior, tendo a fiscalização constatado que os membros dos Conselhos Fiscal e de Administração e do Comitê de Investimentos possuíam experiência profissional e conhecimento técnicos compatíveis com as atividades que exercem na gestão do RPPS, tendo sido implantado o sistema de controle interno.

Ao final, requereu o acatamento das justificativas e dos argumentos, para fins de ser julgado regular o balanço geral do exercício de 2020 ora em exame.

Instada, a Assessoria Técnica, sob o ponto de vista econômico, opinou pela irregularidade das contas, por entender que as justificativas prestadas não foram suficientes para sanear a questão do déficit atuarial.

No mesmo sentido, a manifestação desfavorável do d. representante do Ministério Público de Contas, com determinações.

É o relatório.

DECISÃO

De plano, verifico que toda a instrução destes autos transcorreu sem quaisquer vícios, tendo a responsável sido regularmente notificada, obtendo acesso aos autos e podendo exercer todas as faculdades processuais inerentes ao contraditório e à ampla defesa.

No mérito, observo que as contas estão em condições de serem julgadas regulares, seja pela apuração, ao final do exercício, de resultados contábeis positivos e expressivos, vindo a revelar um superávit orçamentário correspondente a 36,05% da receita arrecadada, e uma situação financeira satisfatória do regime próprio de previdência, seja, ainda, pelo fato da maioria das falhas relatadas pela Fiscalização terem sido pontualmente e satisfatoriamente esclarecidas e justificadas pela defesa, afastando parte delas e consubstanciando outras em medidas que foram e estão sendo adotadas para regularização, com as remanescentes não se mostrando capazes de afetar a totalidade da gestão.

Já a situação patrimonial do RPPS é tema que inspira maior cautela. No exercício analisado, ainda que se tenha verificado uma redução no resultado econômico ainda negativado, o mesmo acabou por elevar ainda mais o Passivo a Descoberto, com a consequente involução do Patrimônio Líquido do regime próprio, em razão da obrigatoriedade de se registrar provisões matemáticas, elaboradas por avaliação atuarial, de acordo com a Fiscalização.

Nada obstante, espera-se da Entidade atuação diligente no sentido de adotar medidas visando afastar a situação de comprometimento de seu patrimônio.

No que respeita ao déficit atuarial, preocupa a inviabilidade verificada no exercício, não obstante as medidas tomadas de equacionamento do déficit anunciadas pela defesa, então preconizadas na avaliação atuarial posicionada em 31.12.2018, consistente na realização de aportes anuais ao longo dos anos.

Segundo a Fiscalização, haveria um grande incremento dos valores dos aportes, principalmente nos anos iniciais do plano de amortização, com um crescimento médio acima de 20%, muito superior à meta da inflação prevista pelo Banco Central, de 3% a 3,75% ao ano, podendo, contudo, haver o comprometimento de sua viabilidade.

Do ponto de vista fiscal, a elevação do déficit para R\$ 8. 156.742,58 milhões estaria suportada pela receita corrente líquida do Município do exercício. Para se ter noção do impacto desse resultado na Administração Municipal, o déficit atuarial do regime previdenciário no exercício correspondeu a 56% da RCL de 2020 (R\$ 14.603.416,26 – TC-3172.989.20 – contas da Prefeitura). Sobre o total de investimentos do RPPS (R\$ 27.303.541,04), o déficit atuarial corresponde a 29,87%.

Embora seja pernicioso para o Regime de Previdência dos Servidores Efetivos de São João de Iracema que essa elevação do déficit atuarial se perpetue, motivo fulcral da manifestação dos órgãos técnicos e do d. Parquet de Contas pela opinião desfavorável das contas em exame, não se pode olvidar tanto o Município, como o Regime Previdenciário possuíam condições de cumprir com a sua obrigação legal de amortizar o déficit atuarial, sem olvidar que medidas com vistas ao equacionamento do déficit atuarial dependem, necessariamente, do ente patrocinador cumprir com as suas obrigações previdenciárias, sem atraso e na sua integralidade, fato que não vinha ocorrendo, com a instrução revelando que a Administração do RPPS vem adotando as providências necessárias ao seu alcance, com vistas a cobrança dos seus direitos a receber do Poder Municipal, firmando parcelamento, estando tudo registrado e contabilizado.

Tenho que, embora a gestão do RPPS vem cumprindo com as medidas indicadas na avaliação atuarial, de aumento dos valores de aportes, de forma a trazer mais rentabilidade, com as justificativas apresentadas e as providências anunciadas revelando a tentativa em alcançar o equilíbrio exigido pelo artigo 40 da Carta Maior, espera-se, contudo, para a necessária obtenção do equilíbrio fiscal do regime próprio, uma mudança de paradigma na gestão atuarial, para dispor de uma estrutura operacional capaz de responder às demandas administrativas visando ajustar o plano de custeio do sistema previdenciário, com a realização de uma maior eficiência no acompanhamento dos investimentos

imobiliários, de forma a evitar rentabilidade negativa a curto prazo, visando a obtenção do aumento do patrimônio do sistema previdenciário e na formalização do desejado equilíbrio econômico e atuarial do RPPS.

Em relação aos órgão Diretivos, se mostra imprescindível que a norma local de adequação às exigências, de forma a estabelecer que seus membros sejam dotados de certificação acreditada pelo mercado de capitais, de forma a aumentar o nível de governança corporativa.

Quanto à gestão de investimentos, verifico que a Origem atendeu à Resolução CMN n.º 3922/2010, tendo sido observados os critérios de rentabilidade, solvência e liquidez, com a rentabilidade positiva apurada, depois de expurgado o efeito inflacionário. No aspecto da rentabilidade financeira esperada para o exercício, se constata que a Autarquia obteve rentabilidade de 6,15%, com o resultado positivo da ordem de R\$ 1.582.998,32.

No mais, os dados coletados nos autos informam que o percentual das despesas administrativas não excedeu os dois pontos percentuais estabelecidos na lei.

O IPREMI vem observando os critérios e o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 9.717/98, com o Município obtendo o Certidão de Regularidade Previdenciária válida no exercício.

A Fiscalização atestou que as atividades desenvolvidas no exercício foram compatíveis com os objetivos legais da Entidade.

De igual modo, entendo que as recomendações deste Tribunal estão sendo bem encaminhadas pela Origem.

Isto posto, considerando os dados constantes do relatório da Fiscalização, os argumentos apresentados pela dirigente do Órgão, e a exemplo da decisão favorável proferida por este Tribunal no exercício anterior, nos termos do que dispõem a Constituição Federal, artigo 73, §4º e a Resolução nº 03/2012 deste Tribunal, **JULGO REGULAR com recomendações** as contas anuais de 2020 do Instituto de previdência Municipal de São João de Iracema com fundamento no artigo 33, II, da Lei Complementar nº 709/93, c/c o artigo 35 da referida norma, quitando-se o responsável, excetuando os atos pendentes de apreciação por este Tribunal, sem prejuízo de se determinar ao atual Dirigente do Regime Próprio de Previdência, que adote as medidas necessárias, se ainda não o fez, visando adequar a norma às exigências legais, de forma a estabelecer a estabelecer que seus membros sejam dotados de certificação acreditada pelo mercado de capitais, de forma a aumentar o nível de governança corporativa, com a realização de uma maior eficiência no acompanhamento dos investimentos imobiliários, de forma a evitar rentabilidade negativa a curto prazo, bem como a adoção de um plano de

ação que vise a recuperação do patrimônio do regime próprio e de uma política de gestão atuarial equilibrada, como forma de enfrentar eventual estrangulamento fiscal no futuro a permanecer a elevação do déficit patrimonial e atuarial.

Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se, por extrato.

1. Ao cartório para:

- a. publicar;
- b. certificar o trânsito em julgado e providenciar as comunicações de estilo ao atual dirigente do Instituto de Previdência Municipal de Mesópolis para ciência desta decisão e providencias a comunicar a este Tribunal.

2. Após, ao arquivo.

C.A., 18 de setembro de 2024.

SILVIA CRISTINA MONTEIRO MORAES
CONSELHEIRA SUBSTITUTA - AUDITORA

sm-01

PROCESSO:	00004589.989.20-1
ÓRGÃO:	■ INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE SAO JOAO DE IRACEMA - IPREMI (CNPJ 04.812.451/0001-84)
RESPONSÁVEL:	■ MÁRCIO JOSÉ CORRÊA (CPF ***.832.928-**) - DIRETOR PRESIDENTE
ASSUNTO:	Balanço Geral - Contas do Exercício
EXERCÍCIO:	2020
INSTRUÇÃO POR:	UR-11

EXTRATO: Pelos motivos expressos na sentença proferida, **JULGO REGULAR com recomendações** as contas anuais de 2020 do Instituto de previdência Municipal de São João de Iracema com fundamento no artigo 33, II, da Lei Complementar nº 709/93, c/c o artigo 35 da referida norma, quitando-se o responsável, excetuando os atos pendentes de apreciação por este Tribunal, sem prejuízo de se determinar ao atual Dirigente do Regime Próprio de Previdência, que adote as medidas necessárias, se ainda não o fez, visando adequar a norma as exigências legais, de forma a estabelecer a estabelecer que seus membros sejam dotados de certificação acreditada pelos mercado de capitais, de forma a aumentar o nível de governança corporativa, com a realização de uma maior eficiência no acompanhamento dos investimentos imobiliários, de forma a evitar rentabilidade negativa a curto prazo, bem como a adoção de um plano de ação que vise a recuperação do patrimônio do regime próprio e de uma política de gestão atuarial equilibrada, como forma de enfrentar eventual estrangulamento fiscal no futuro a permanecer a elevação do déficit patrimonial e atuarial. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

C.A., 18 de setembro de 2024.

SILVIA CRISTINA MONTEIRO MORAES
CONSELHEIRA SUBSTITUTA - AUDITORA

sm-01

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: SILVIA CRISTINA MONTEIRO MORAES. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 5-JVPC-L3CA-7EA9-3Y0S